Earnings management e práticas de income smoothing em cooperativas de crédito brasileiras

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar se há evidências de práticas de gerenciamento de resultados, relacionadas às perdas com operações de crédito em cooperativas de crédito brasileiras. Totalizando uma amostra de 26.800 observações, aplicou-se como método de pesquisa a análise de regressão com dados em painel, em uma amostra de 670 cooperativas de créditos singulares regulamentadas pelo Banco Central, que foram observadas entre o primeiro trimestre de 2010 e o último trimestre de 2019. Os resultados indicam que as cooperativas de crédito gerenciam seus resultados na modalidade *Income Smoothing* possivelmente para transmitir maior confiança e solidez ao mercado. A pesquisa também aponta que mudanças em normas regulatórias influenciam nas práticas de gerenciamento de resultados por meio de constituição de provisão de crédito de liquidação duvidosa e que as cooperativas de livre admissão estão mais propensas a gerenciar seus resultados por meio de provisões para perdas de crédito quando comparadas a cooperativas com admissão restrita.

Palavras-chave: Gerenciamento de resultados. Income smoothing. Regressão com dados em painel.

Área Temática: Métodos quantitativos aplicados à gestão de custos.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito ainda são poucos e com resultados inconclusivos, especialmente no âmbito internacional. Destacam-se as pesquisas de Brown e Davis, (2008) e Hillier *et al.* (2008), que investigaram a prática de gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito Australianas.

No Brasil, ainda são poucos os estudos que abordam gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito. Estes estudos apontam para o uso de *Income Smoothing* em grupos cooperativos específicos, mas ainda não permitem uma visão generalista de todo o sistema cooperativo. As pesquisas recentes foram realizadas em instituições específicas como Sicredi, Sicoob e Unicred, indicando evidências de gerenciamento de resultados na modalidade de *Income Smoothing* por meio da discricionariedade na constituição da PCLD – Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Maia *et al.* 2013; Bressan, Souza & Bressan, 2017; Bressan, Bressan & Silva, 2016). Estes resultados corroboram com o artigo seminal de Dichev e Burgstahler (1997), o qual retrata que as maiores práticas de gerenciamento de resultados são para evitar o reporte de perdas e manter resultados constantes.

No contexto das cooperativas de crédito é importante destacar a relação existente entre os indivíduos, onde os gestores que são membros associados devem dirigir a instituição em benefício dos demais. Os gestores de instituições financeiras estão propensos a optar por atitudes discricionárias em função de características específicas como: atender expectativas de resultado do associado, transferir a

imagem de uma instituição sólida, adequar-se às regulações do setor financeiro ou ainda pela própria oportunidade da norma contábil (Peterson & Arun, 2018). Diferente de bancos comerciais, a relação entre indivíduos nas cooperativas de crédito é mais complexa uma vez que além do conflito de interesse entre membros associados gestores com demais associados, ainda existe a relação conflitante entre membros tomadores e poupadores crédito, onde o custo de capital para o primeiro representa o retorno esperado pelo segundo (Patin & McNiel, 1991; Bialoskorski Neto, Barroso & Rezende, 2012). Então, esta é uma linha tênue para a prática de gerenciamento de resultados especialmente na intenção de atender aos interesses dos associados ou grupo de interesses internos.

Este estudo tem como objetivo geral analisar evidências de práticas de gerenciamento de resultados, relacionadas a perdas em operações de crédito em cooperativas de crédito brasileiras, no período compreendido entre o ano de 2010 e 2019. Comparativamente aos estudos já realizados sobre o tema, este estudo se justifica pela amostra estudada que compreenderá todas as cooperativas singulares regulamentadas pelo banco central, visto que as poucas pesquisas existentes investigam apenas um sistema cooperativo ou uma seleção específica de cooperativas. Ainda que a maioria dos estudos sobre práticas de gerenciamento de resultados estejam concentradas no mercado de capitais (Martinez, 2013), identificam-se poucos estudos que se dedicam a explorar as práticas de gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito, especialmente no Brasil, em que o cooperativismo de crédito exerce grande protagonismo no sistema financeiro nacional. As cooperativas de crédito exercem grande influência social por meio do desenvolvimento promovido nas regiões onde estão inseridas. Estas instituições normalmente trabalham no fomento de pequenos empreendedores, que são a maioria no país. Pequenos negócios locais encontram facilidade de acesso ao crédito, com taxas menores quando comparadas a bancos comerciais, e desta forma a cooperativa incentiva o empreendedorismo de pequenos negócios, gerando emprego e renda para seus associados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O gerenciamento de resultados surgiu com o trabalho de Schipper (1989), que conceituou gerenciamento de resultados como uma intervenção proposital no processo de comunicação dos resultados das empresas em benefício privado. O gerenciamento de resultados ocorre quando os gestores se utilizam de mecanismos contábeis em benefício de apresentar resultados melhores do que realmente a companhia é capaz de produzir (Graham, Harvey & Rajgopal, 2005). Healy e Wahlen (1999) apontam que o gerenciamento de resultados ocorre quando os gestores utilizam de alterações nas demonstrações financeiras para manipular as partes relacionadas sobre o desempenho econômico da organização por meio de lançamentos contábeis.

O termo *Income Smoothing* (suavização ou alisamento de renda) é empregado para descrever a prática de gerenciamento de resultados quando a motivação consiste em evitar sazonalidade dos resultados de uma organização (Copeland, 1968).

A variabilidade dos resultados dificilmente é interpretada de forma positiva pelos stakeholders, que buscam resultados estáveis e recorrentes pois visualizam menores riscos em empreendimentos com esta característica (Matsumoto & Parreira, 2007). Em cooperativas de crédito não é diferente, os resultados devem

atender as expectativas dos associados que investem na cooperativa e do associado que toma recursos emprestados na cooperativa.

Tanto em bancos comerciais como em cooperativas, divulgar resultados negativos ou com muita variabilidade pode sugerir ineficiência na gestão ou representar risco iminente aos ativos da instituição. Por estas razões, estas instituições financeiras podem ser motivadas a suavizar seus resultados para evitar reportar situações de mau desempenho econômico-financeiro (Maia *et al.,* 2013). Cheng, Warfield e Ye (2011) destacam que o bom funcionamento do sistema bancário é essencial para a economia, pois eventuais problemas nestas instituições acarretariam sérios riscos aos usuários e diminuiriam a confiança destes na transparência inerente a estas instituições.

Quanto a operacionalização da suavização de resultados, Kraemer (2005) cita algumas práticas: o manuseio das contas de despesas por meio de aumento ou redução, antecipação ou postergação de gastos, manuseio dos prazos de depreciação de bens, aumento ou redução de despesas do período, o uso do conservadorismo como moderador para o reconhecimento de receitas e despesas, o uso de provisão para devedores duvidosos e receitas e despesas não operacionais, aumento ou redução das contas de ativo como contas de estoques e reconhecimento de investimentos realizados.

Muitas pesquisas objetivaram investigar a prática de gerenciamento de resultados em instituições financeiras e confirmaram tal condição na forma de suavização de resultados. (Moyer, 1990; Hiller *et al.,* 2008) Dechow, Myers e Shakespeare, 2010; Bouvatier, Lepetit e Strobel, 2014; Ozili e Arun, 2017).

Bortoluzzo, Sheng e Gomes (2016) pesquisaram a prática de gerenciamento de resultados em uma amostra de 123 bancos brasileiros entre 2001 e 2012. A hipótese dos autores era que os bancos se utilizavam das regras de provisionamento impostas pela Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional para gerenciar resultados por meio de provisão de crédito de liquidação duvidosa. Os resultados apontaram que o provisionamento de crédito consiste em um instrumento utilizado pelos bancos para gerenciar resultados com intuito de suavizar o lucro líquido (*Income Smoothing*).

Ozili (2017) encontrou evidências que instituições financeiras europeias utilizam suas receitas de taxas e comissões de serviços para gerenciar seus resultados. Ao investigar os bancos europeus o autor conclui que estas instituições estão propensas a gerenciar seus resultados utilizando-se de outras receitas especialmente quando analisado grandes bancos em épocas pós-crise. Os achados indicam que a prática de suavização de resultados é mais frequente em instituições de maior porte.

Em se tratando de cooperativas de crédito, existe uma particularidade quando comparada aos bancos comerciais. A propriedade dos bancos normalmente é vinculada a grandes grupos empresariais e alguns acionistas minoritários, e estes grupos muitas vezes possuem interesses diferentes. Em cooperativas, a propriedade é compartilhada por todos os cooperados, os quais têm direitos e interesses nos fluxos financeiros gerados, e, desta forma, as cooperativas não devem maximizar seus resultados tal como os bancos, visto que a pressão é voltada a resultados recorrentes e não a resultados agressivos. A busca por resultados recorrentes e não por resultados agressivos originam a prática de *Income Smoothing* (Barroso & Bialoskorski Neto, 2010). Maia *et al.* (2013) evidenciou a prática de suavização de resultados nas cooperativas vinculadas ao Sicoob. Bressan, Bressan e Silva (2013) evidenciaram a prática nas cooperativas vinculadas ao sistema Sicredi. Souza e

Bressan (2017) evidenciaram a suavização de resultados nas cooperativas vinculadas a Unicred. Outras pesquisas foram aplicadas recentemente em cooperativas brasileiras, mas com a amostra não limitada a um sistema cooperativo. Dantas, Borges e Fernandes (2018), evidenciaram a prática de *Income Smoothing* quando investigaram as 500 maiores cooperativas singulares brasileiras. Porto *et al.* (2020) investigaram as cooperativas de crédito do estado de Rondônia e concluiu que elas também praticam a suavização de resultados. A presente pesquisa está em linha com o exposto pelos autores brasileiros pois investiga a prática de *Income Smoothing* em todas as cooperativas singulares brasileiras ativas entre o ano de 2010 e 2019.

As instituições financeiras no Brasil são regulamentadas pelo Banco Central que é o órgão regulador máximo dos Sistema Financeiro Nacional (SFN). O conjunto de regras impostas pelo SFN recebe influência do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia (*Basel Committee on Banking Supervision* – BCBS) que foi constituído em 1974 e tem como objetivo supervisionar e adequar as melhores práticas bancárias para garantir a solidez do sistema financeiro. Ele é composto por 45 autoridades monetárias e supervisoras de 28 jurisdições (BACEN) e é responsável por promulgar os Acordos de Basileia. Além dos Acordos de Basileia, outras recomendações e aprimoramentos são realizadas por meio de resoluções e cartas circulares. Nesse contexto, ocorreu o aprimoramento da Basileia III conforme é possível visualizar no Quadro 1.

Norma	Descrição
Resolução 4.192/2013	Introduziu os conceitos de capital principal, nível I e estabelece metodologia de cálculo do Patrimônio de Referência (PR), que deve ser apurado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Resolução 4.193/2013	Trata da apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal.
Circular 3.640/2013	Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA), relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

Quadro 1. Aprimoramento da Basileia III

Fonte: BACEN (2023).

Neste sentido, o aprimoramento das normas de regulamentação são elementos destacados pela literatura como motivadores para a prática de gerenciamento de resultados. Observa-se na pesquisa de Moyer (1990) onde o autor observou a prática de gerenciamento de resultados em 142 bancos norte-americanos com o objetivo de adequação de capital em relação ao risco. Nesta pesquisa é possível visualizar ainda que a provisão para perdas de crédito foi o elemento utilizado para praticar a gestão de resultados em benefício à adequação de capital. Ahmed *et al*. (1999) analisaram instituições americanas após as mudanças ocorridas na década de 1990 e encontrou evidências que estas instituições também gerenciavam seus resultados para aumentar o capital e consequentemente atender os requisitos do órgão regulador americano. É possível constatar então que, as normas impostas as instituições são motivadoras para a gestão de resultados.

Cummings e Durrani (2016) investigaram um grupo de bancos Australianos para verificar se os efeitos dos requisitos de capital do Acordo da Basileia nas práticas de provisionamento para perdas com empréstimos. Os resultados sugerem

que os gerentes dos bancos usam seu poder discricionário para influenciar provisões para atenuar o impacto das flutuações de resultado e assim atender as exigências de capital regulatório.

Em se tratando de cooperativas de crédito, Hiller *et al*. (2008) analisaram 137 cooperativas de crédito da Austrália e evidenciaram que estas instituições utilizaram estratégias de contabilidade por meio do reconhecimento de perdas com operações de crédito para afastarem-se dos níveis mínimos de capital regulatório a assim evitar uma eventual fiscalização.

Hessou (2017) analisaram as 100 maiores cooperativas de crédito do Canadá, de 1996 a 2014 quantos aos aprimoramentos de capital propostos pelo acordo de Basileia III. A partir dos resultados, os autores sugerem que as cooperativas que estão próximas do limite estabelecido para RWA ajustem seus resultados para que possam então satisfazer as normas de capital estabelecidas que é de 5% dos ativos ponderados pelo risco (RWA), o que reforça a tese que cooperativas de crédito podem gerenciar resultados para atender normas regulatórias.

No Brasil, Maia *et al*. (2013) investigaram 409 cooperativas de créditos singulares pertencentes ao Sicoob, o que representava 60% das cooperativas de crédito do referido sistema para verificar se estas instituições gerenciavam seus resultados para atender as normas de capital regulatório. Ao gerenciar seus resultados, estas instituições adequavam-se ao patrimônio de referência exigido e consequentemente apresentavam índices de Basileia dentro do estipulado pelo Comitê de Basileia. Os achados apontaram que as cooperativas singulares vinculadas ao sistema Sicoob não gerenciam seus resultados com o propósito de adequação ao capital regulatório. O resultado da pesquisa de Maia *et al* (2013) está em linha com os achados de Brown e Davis (2008) que analisaram cooperativas de crédito da Austrália após aprimoramento das normas de capital daquele país e evidenciaram que aquelas instituições eram capazes te atender suas demandas de capital não sendo constatado gerenciamento de resultados para adequação a normas regulatórias.

Ao serem constituídas, ou no decorrer de sua existência as cooperativas de crédito podem escolher pela livre admissão ou admissão restrita de seus associados, a depender do propósito da instituição (Lima & Amaral, 2011). O fato é que está cada vez mais acessível se tornar membro de uma instituição cooperativa. Com isso, especialmente as de livre de admissão, aumentam muito a sua carteira de clientes e consequentemente o volume de operações de crédito, pois existem associados de diversas origens e grupos econômicos e essa ampliação e diversificação da carteira pode aumentar o risco de crédito e desta forma alterar como as cooperativas tratam a gestão de risco de crédito e constituições de provisões para perdas de crédito (Lima & Amaral, 2011).

Gonçalves *et al.* (2014) avaliaram o risco de crédito de uma cooperativa de crédito de Minas Gerais, no período de 2004 a 2011 quantos aos impactos gerados pela livre admissão de associados. No entanto, os autores não encontraram evidencias que comprovem que a livre admissão de associados era um fator motivador para uma maior constituição de provisões para perdas de crédito.

Freitas, Amaral e Braga (2008) investigaram o processo de conversão de uma cooperativa de crédito rural com admissão restrita em cooperativa de livre admissão. A pesquisa concluiu que o fato de a cooperativa se tornar do tipo livre admissão, fez com que ela aumentasse muito o volume de crédito ofertado e como consequência teve seus indicadores de liquidez reduzidos levando a cooperativa nos períodos

posteriores a conversão à situação de desenquadramento do limite operacional. O desenquadramento operacional ou iminência dele é um dos fatores que levam a prática de gerenciamento de resultados (Maia *et al.,* 2013).

Em pesquisas recentes sobre gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito também foi possível inferir que o tipo de cooperativas "livre admissão" exerce influência positiva em relação a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa, que é a *proxy* utilizada na maioria das pesquisas que objetivam verificar a ocorrência de gerenciamento de resultados em instituições financeiras (Bressan, Bressan & Silva, 2016; Bressan, Souza & Bressan, 2017). Resultado adverso apurou Maia *et al.* (2013) que não encontrou significância estatística na variável "LA", livre admissão, para atestar que o tipo de cooperativas livre admissão exerce influência sobre a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa em cooperativas de crédito vinculadas ao sistema Sicoob.

No Quadro 2 é possível visualizar as pesquisas realizadas sobre a prática de gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito.

Autor/Ano	**Amostra**	**Resultados**
Brown e Davis (2008)	190 cooperativas Australianas	Não encontraram evidências de gerenciamento de resultados para adequação de capital
Hillier *et al.* (2008)	137 cooperativas de crédito Australianas	Evidências de gerenciamento de resultados para adequação de capital
Maia *et al.* (2013)	409 Cooperativas Sicoob	Evidência de práticas de *Income Smoothing* e não evidência de gerenciamento de resultados para adequação de capital
Bressan, Bressan e Junior (2015)	149 cooperativas, cooperativas de crédito filiadas ao Sicredi entre 2001 e 2011	Evidenciaram que as instituições financeiras analisadas utilizam da discricionariedade contábil para suavizar os resultados.
Bressan, Souza e Bressan (2017)	113 cooperativas vinculadas a Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred	As cooperativas filiadas às Unicred fazem uso da prática de gerenciamento de resultados, na modalidade *Income Smoothing.*
Santos e Guerra (2017)	90 cooperativas no período de 2009 a 2014 vinculadas a Unicred	Os resultados indicaram que há relação entre o gerenciamento de resultados para evitar divulgar perdas e os escores de eficiência nas cooperativas de crédito
Dantas, Borges e Fernandes (2018)	500 maiores cooperativas de crédito brasileiras entre 2013 e 2017	Cooperativas praticaram gerenciamento de resultados na modalidade *Income Smoothing.*
Porto *et al.* (2020)	19 cooperativas de crédito do estado de Rondônia	Evidenciaram a prática de gerenciamento de resultados para controlar o nível de qualidade do crédito

Quadro 2. Estudos anteriores sobre gerenciamento de resultados em CC
Fonte: Elaboração própria (2020).

É possível identificar a partir dos estudos realizados, que com exceção de Brown e Davis (2008), os demais praticam algum tipo de gerenciamento de resultados, seja para suavizar resultados ou para adequação as normas regulatórias.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é caracterizada como Hipotético-Dedutiva, Quantitativa, Confirmatória, com análise de dados secundários por meio de painel de dados (Fávero & Belfiore, 2017).

A coleta de dados ocorreu junto a plataforma dados abertos do Banco Central, disponível no sítio da instituição. Dados adicionais necessários para a classificação das cooperativas também foram coletados no portal do Fundo Garantidor do Cooperativismo Financeiro (FGCoop) e Banco Data. Os dados compreendem balancetes financeiros e informações cadastrais das instituições. Ao todo foram apurados dados de 1451 cooperativas entre o primeiro trimestre de 2010 e o último trimestre de 2019.

As cooperativas que serão utilizadas neste estudo serão as cooperativas singulares exceto do tipo "capital e empréstimo", independente do sistema cooperativo vinculado. A justificativa pela opção por cooperativas singulares é porque as cooperativas centrais e os sistemas cooperativos possuem características operacionais diferentes das cooperativas singulares, o que pode distorcer os resultados da pesquisa. Este procedimento também foi utilizado por Maia *et. al* (2013), Bressan, Souza e Bressan (2017). Optou-se também por utilizar as cooperativas singulares que estiveram ativas entre todo o período analisado. Ou seja, aquelas que em algum momento deixaram de existir ou foram constituídas entre o primeiro trimestre de 2010 e o último trimestre de 2019 não foram consideradas. A distribuição das cooperativas singulares, ativas durante todo o período de estudo, excluindo as do tipo "capital e empréstimos" estão descritas no Quadro 3.

Sistema	**Singulares**
Não filiada	101
Sicoob	351
Cresol	75
Sicredi	108
Unicred	35
Total	**670**

Quadro 3. Cooperativas de Crédito singulares ativas no período, exceto do tipo "Capital e Empréstimo"

Fonte: FGCoop (2020) e Banco Central (2020).

Portanto, do total de 1451 cooperativas, exclui-se as confederações e centrais cooperativas, totalizando 1.413 cooperativas. Ativas em todo o período são 849 que excluindo as classificadas como "Capital e empréstimo" conforme a resolução 4.434/2015, sobram 670. Desta forma, a amostra utiliza dados de 670 cooperativas singulares, sendo 15,07% delas independentes, 52,39% filiadas ao sistema Sicoob, 11,19 filiadas ao sistema Cresol, 16,12% filiadas ao sistema Sicredi e 5,22% ao sistema Unicred. A amostra compreende 78,92% das cooperativas ativas no período.

A regressão com dados em painel é amplamente utilizada em pesquisas nas áreas contábil e de administração visto que cada vez mais estão disponíveis dados de indivíduos como pessoas, empresas, munícipios etc. em várias *cross-sections* (Fávero & Belfiore, 2017). A regressão utilizando painel de dados possui diferentes modelos para combinar os dados originados de séries temporais e *cross-section*. Os

mais conhecidos são o modelo do intercepto comum, o modelo efeitos fixos e o modelo de efeitos aleatórios.

Aplicou-se na presente pesquisa todas as etapas sugeridas por Fávero & Belfiore (2017) para análise dos dados utilizando regressão em painel de dados, visando identificar o modelo que possui melhor adequação aos dados obtidos para investigação da prática de gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito brasileiras.

O modelo de dados aplicado no presente estudo é baseado no modelo proposto por Ahmed *et al.* (1999), Brown e Davis (2008) Hillier *et al.* (2008), Maia *et al.* (2013), Bressan, Bressan e Silva (2016), e Porto (2020).

As variáveis utilizadas no presente estudo estão descritas no Quadro 4.

Variável	Descrição	Autores	Sinal esperado
VDL	Variação nas despesas líquidas para provisões / Operações de Crédito no início do período	Hillier *et al.* (2008) , Brown e Davis (2008), Maia *et al* (2013), Ozili (2017)	Dependente
VOC	Variação no volume de operações de crédito	Ahmed *et al*. (1999), Bressan, Souza e Bressan (2017)	+
IPCA	Taxa do índice de preços ao consumidor amplo	Dantas *et al*. (2013) e Bressan, Souza e Bressan (2017)	+
PRE	Patrimônio de referência	Shrieve e Dahl (2003), Maia *et al.* (2013)	+/-
SELIC	Taxa de básica de juros da economia	Araújo, Lustosa e Paulo (2018), Modena (2017)	+
RND	Resultado não discricionário	Gray e Clarke (2004), Bressan, Souza e Bressan (2017)	+
VRT	Variação trimestral das receitas operacionais	Almeida, Lopes e Corrar (2011)	+
TAM	Logaritmo do total de ativos	Zang (2012), Joosten (2012), Dantas *et al* (2013)	+
EC	Empréstimos sobre o Capital Social	Bressan, Braga e Bressan (2012)	+/-
LA	Variável binária para livre admissão	Maia *et al.* (2013), Bressan, Souza e Bressan (2017)	+/-
BAS	Variável binária para ajustamento Basileia III	Maia *et al.* (2013)	+/-
IDBAS	Índice de Basileia	Shrieve e Dahl (2003)	+/-

Quadro 4. Variáveis utilizadas na pesquisa

Fonte: Elaboração própria.

Após descrever as variáveis, são formuladas as seguintes hipóteses de pesquisa a serem testadas empiricamente.

***H*$_{1}$**: As cooperativas de crédito brasileiras praticam o gerenciamento de resultados na modalidade *Income Smoothing* por meio de provisões para perdas de crédito.

$$VDL = \alpha + \beta_1 selic_{it} + \beta_2 vrt_{it} + \beta_3 Ec_{it} + \beta_4 tam_{it} + \beta_5 voc_{it} + \beta_6 rnd_{it} + ci + \varepsilon_{it}$$

A variável resultado não discricionário (rnd), que representa o resultado antes das provisões para perdas é utilizada para verificar a prática de gerenciamento de resultados na modalidade *Income Smoothing*. É esperado que esta variável apresente significância estatística e resultado positivo pois quando o resultado não discricionário se apresenta positivo espera-se que haja também aumento das

despesas líquidas para provisões de crédito de liquidação duvidosa com objetivo de minimizar a variabilidade de resultados. Esta interpretação é compartilhada pelas pesquisas de Ahmed *et al.* (1999), Maia *et al.* (2013), Bressan, Souza e Bressan (2017) e entendimento semelhante ao exposto por Peterson e Arun (2018). Portanto, quando existe a intenção de evitar a variabilidade de resultados, as despesas líquidas para provisões de crédito aumentam quando o resultado não discricionário aumenta e diminuem na medida que os resultados não discricionários diminuem.

H₂: O ajustamento do acordo de Basileia III é um fato motivador para as cooperativas de crédito fazerem uso de gerenciamento de resultados.

$$VDL = \alpha + \beta_1 TAM_{it} + \beta_2 PRE_{it} + \beta_3 IPCA_{it} + \beta_4 SELIC_{it} + \beta_5 IDBAS_{it} + \beta_6 VOC_{it} + \beta_7 EC_{it} + \beta_7 BAS_{it} + ci + \varepsilon_{it}$$

Várias pesquisas reportam que as normas regulatórias de capital exigidas pelos órgãos reguladores são motivadores para a prática de gerenciamento de capital (Ahmed *et al.*1999; Shrieves e Dahl, 2003; Peterson e Arun, 2018; Maia *et al.*, 2013). Essas normas são aprimoradas ao longo do tempo, geralmente dispostas pelo comitê de Basileia. O acordo de Basileia III sofreu ajustamento pela Resolução 4.193/2013 que ratificou os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal aprimorando então as exigências de capital que as instituições financeiras, inclusive cooperativas devem manter. A variável BAS é do tipo *dummy* assumindo valor 0 para períodos anteriores a Resolução 4.193/2013 e assumindo valor 1 para períodos posteriores a referida resolução. A tendência é que o ajustamento proposto pela referida resolução influencie na diminuição das despesas líquidas com provisões para crédito de liquidação duvidosa, uma vez que, o resultado maior influência no patrimônio líquido das cooperativas, que é parte do patrimônio de referência mencionado pela referida resolução. Portanto, espera-se sinal negativo nesta variável.

H₃: As cooperativas de crédito de livre admissão estão mais propensas a gerenciar seus resultados em função do volume de crédito ofertado quando comparadas as de admissão restrita.

$$VDL = \alpha + \beta_1 TAM_{it} + \beta_2 VOC_{it} + \beta_3 IPCA_{it} + \beta_4 SELIC_{it} + \beta_5 VRT_{it} + \beta_6 LA_{it} + ci + \varepsilon_{it}$$

A variável LA é do tipo binária assumindo 0 para admissão restrita e 1 para livre admissão. Essa variável já foi incluída nos modelos propostos por Amaral e Braga (2008), Maia *et al.* (2013), Bressan *et al.* (2016) com objetivo de verificar a influência que possuem sobre a prática de gerenciamento de resultados. A permissão de livre associados em cooperativas de crédito a partir da resolução CMN 3.106/03 elevou a carteira de crédito ofertada por estas instituições e consequentemente o risco de crédito associado. Portanto, espera-se sinal positivo uma vez que o nível de provisões para perdas em operações de crédito será maior.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva para as variáveis utilizadas na pesquisa. Ao todo são 26800 observações distribuídas em um painel de dados balanceado. Participam desta pesquisa 670 cooperativas de crédito singulares ativas

entre o primeiro trimestre de 2010 e o último trimestre de 2019, totalizando 40 trimestres.

Tabela 1
Estatística descritiva

Estatística	Mínimo	Máximo	Mediana	Média	Desvio Padrão
VDL	-0,09338871	2,046268	-0,0017647	-0,0021453	0,0321452
VOC	-0,9865624	10,17941	0,0410553	0,0526702	0,1452996
RNd	-0,3601916	28,93729	0,0568958	0,0707882	0,2032962
VRt	-3,480702	25,56766	0,0420571	0,0516398	0,313474
TAM	2,797198	9,488143	7,469569	7,474056	0,6865464
EC	-0,7471096	1,637014	-0,0014109	-0,001716	0,0257162
IDBAS	-0,0564241	51,98665	0,3665227	0,5005019	0,6873536

Número de observações: 26800

VDL - Variação nas despesas líquidas para provisões, VOC - Variação no volume de operações de crédito, RNdoc - Resultado não discricionário, VRt Variação trimestral das receitas operacionais TAM - Logaritmo do total de ativos EC - Empréstimos sobre o Capital Social IDBAS - Índice de Basileia

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A Tabela 1 apresenta média da variável dependente VDL de -0.0021 (-0,21%) e desvio padrão 0,0321 representando uma alta dispersão em relação à média que é um indicativo para heterogeneidade nas cooperativas de crédito analisadas, também presente em outras pesquisas analisadas. A mediana em -0,17% e a média em -0,21% permitem inferir que as instituições listadas na análise reduziram a despesa líquida de operações de crédito em relação ao total de operações de crédito do período anterior. O valor mínimo negativo de -0,093% indica que as despesas líquidas de provisões reduziram, possivelmente em função de um maior volume de reversão de despesas com provisões. Estes resultados estão em linha com aqueles por apresentados por Bressan, Bressan e Silva (2016) que investigaram as práticas de gerenciamento de resultados e parcialmente alinhados com os resultados de Maia (2013).

Os resultados não discricionários representados pela variável RND apresentaram média igual a 7,07% e mediana de 5,68% permitindo inferir que de forma genérica as cooperativas de crédito que compõem a amostra elevaram seus resultados antes das provisões líquidas para crédito de liquidação duvidosa. O desvio padrão de 20,32% aponta a diversidade de características das instituições que compõem a amostra. Ainda que outras pesquisas sobre gerenciamento de resultados tenham sido realizadas em um único sistema cooperativo, diferente da presente pesquisa que não limitou há um único sistema, todas as demais pesquisas apontaram para a diversidade de características das instituições, mesmo que de um mesmo conglomerado (Bressan, Souza e Bressan, 2017; Xavier, 2017; Porto *et al.* 2020).

A variável tamanho (TAM) representada pelo logaritmo do total de ativos apresenta valores dispersos, conforme relatado em função da diferença de porte das instituições. É possível observar na Tabela 5 que os valores mínimos de 2.797, máximo de 9.488 e desvio padrão de 0.6865 corroboram com esta afirmação.

Por meio da variável IDBAS que representa o índice de Basileia podemos verificar que a gestão de capital das cooperativas de crédito é bastante discrepante comprovado pelos valores mínimo -0.0564 e máximo 51.98. Esta constatação

também é compartilhada por Maia (2013) que analisou a prática de gerenciamento de resultados nas cooperativas do Sicoob. Esta variabilidade também pode visualizada ao analisar o desvio padrão para a variável IDBAS que é de 0.687.

4.1 Análise das práticas de *income smoothing*

Para investigar as práticas de gerenciamento de resultados na modalidade *Income Smoothing*, aplicou-se como variável dependente VDL e como variável de interesse RND, que representa o resultado não discricionário da instituição.

Tabela 2
Painel de dados para investigação de práticas de Income Smoothing

Variável	Coeficiente	Erro-Padrão	Valor P
VOC	0,0287235	0,0279467	0,304
IPCA	-0,186592	0,0194023	0,000
SELIC	0,4507423	0,0694737	0,000
VRT	0,0070768	0,0026368	0,007
TAM	-0,0047156	0,0022777	0,039
EC	-0,05119465	0,0306198	0,000
RND	0,0150928	0,001604	0,000
Coeficiente	0,032001	0,0157053	0,042

Variável dependente: VDL - Variação nas despesas líquidas para provisões / Operações de Crédito no início do período

Número de observações: 26800	Wald χ 2 = 141,30	Prob > χ 2 = 0,00
Número de grupos: 670	Intervalo de confiança de 95%	
Observações por grupo: 40		

Painel de dados estimados por modelos fixos Efeitos Fixos com Erros-Padrão Robustos Clusterizados assumindo problemas de heterocedasticidade e autocorrelação serial detectados nos procedimentos operacionais

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A variável de interesse na investigação de práticas de *Income Smoothing* em cooperativas de crédito singulares é o resultado não discricionário (RND). A variável RND apresentou significância estatística e coeficiente positivo de 0,1519. Isso indica que o aumento do resultado não discricionário é precedido de um aumento de provisão para perdas de crédito. Este parâmetro indica que as cooperativas de crédito singulares analisadas se utilizaram de provisões líquidas para perdas de crédito para suavizar os seus resultados e assim minimizar a variabilidade dos mesmos, caracterizando a prática de *Income Smoothing*. Os resultados corroboram com outras pesquisas da área que também avaliaram as práticas de *Income Smoothing* com base no resultado não discricionário das instituições cooperativas (Maia *et al.* 2013; Bressan, Bressan e Silva (2016), Bressan, Souza e Bressan, 2017; Porto *et al.* 2020). Os resultados também convergem com o apresentado por Santos e Guerra, (2017), Bortoluzzo, Sheng e Gomes (2017) quanto a existência de gerenciamento de resultados em instituições financeiras. Na Figura 1 consta a distribuição de frequências para a variável RND.

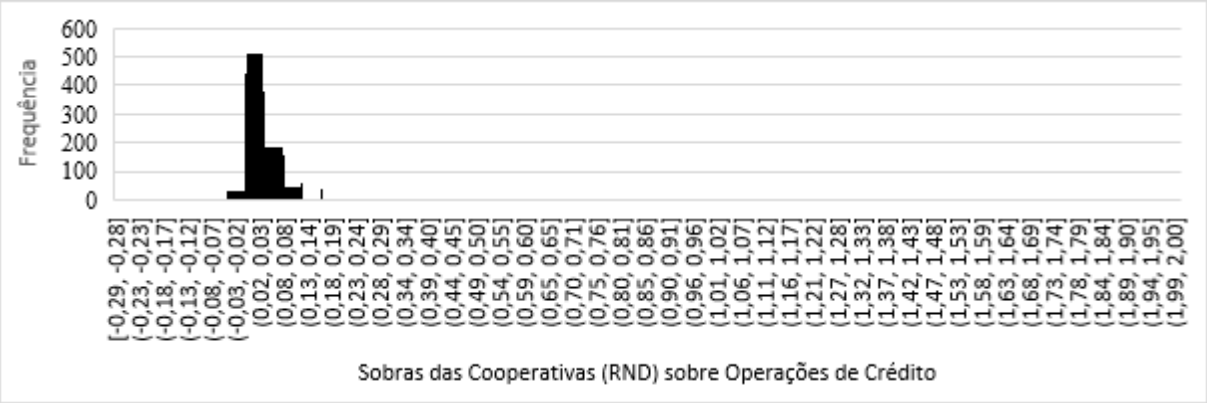

Figura 1. Sobras das Cooperativas

Fonte: Elaboração própria.

É possível visualizar na Figura 1 que são poucas as cooperativas de crédito que reportam resultados negativos. Em sua maioria, estas instituições apresentam resultados positivos como pode ser evidenciado com a grande va riação de frequência na faixa imediatamente superior a 0.00. Estes resultados são semelhantes aos reportados por Maia *et al*. (2013) que evidenciou a prática de gerenciamento de resultados a partir da análise de histogramas.

Portanto, em relação a hipótese H_1 os dados apontam que as cooperativas de crédito brasileiras praticam o gerenciamento de resultados na modalidade *Income Smoothing* por meio de provisões para perdas de crédito.

4.2 O gerenciamento de resultados para atender normas regulatórias

A necessidade de atender os órgãos reguladores é um fator motivador para prática de gerenciamento de resultados (Maia *et al.* 2013). Foi utilizada a variável VDL como variável dependente visto que é frequentemente utilizada em modelos que objetivam investigar a prática de gerenciamento de resultados em instituições financeiras, consistindo em uma *proxy* no setor. A variável explicativa para capturar a prática de gerenciamento de resultados em função da adequação de capital a normas regulatórias é a BAS, que representa o aprimoramento das normas regulatórias a partir da resolução 4.193/2013 que ratificou os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. O modelo foi estimado utilizando efeitos fixos com erros-padrão robustos clusterizados assumindo problemas de heterocedasticidade e autocorrelação.

Tabela 3

Painel de dados para investigação de práticas de gerenciamento de resultados após o ajustamento do acordo de Basileia III

Variável	Coeficiente	Erro-Padrão	Valor P
TAM	-0,0086263	0,0010546	0,000
PRE	-0,0228974	0,0013719	0,000
IPCA	-0,2251727	0,0240157	0,000
SELIC	0,05554149	0,0850476	0,000
IDBAS	0,0019968	0,0003939	0,000
VOC	0,0400126	0,0013487	0,000
EC	-0,490383	0,0069891	0,000

BAS	0,0027296	0,000536	0,000
Coeficiente	0,0610976	0,0077698	0,000

Variável dependente: VDL - Variação nas despesas líquidas para provisões / Operações de Crédito no início do período

Número de observações: 26800	Wald χ 2 = 769,68	Prob > χ 2 = 0,00
Número de grupos: 670	Intervalo de confiança de 95%	
Observações por grupo: 40		

Painel de dados estimados por modelos fixos Efeitos Fixos com Erros-Padrão Robustos Clusterizados assumindo problemas de heterocedasticidade e autocorrelação serial detectados nos procedimentos operacionais

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A variável de interesse BAS apresentou significância estatística e coeficiente positivo de 0.0027, sugerindo que o ajustamento das normas regulatórias propostas pela resolução 4.193/2013 aumenta os níveis de provisão. Era esperado coeficiente negativo pois na iminência de ajustar o patrimônio das instituições ao proposto pela referida resolução esperava-se que os níveis de PCLD diminuíssem. Santos (2007) também encontrou evidencias que instituições financeiras brasileiras gerenciam resultados para se adequar as normas regulatórias. No entanto, Maia *et al.* (2013) ao utilizar variável análoga à BAS para examinar se as exigências regulatórias motivariam o gerenciamento de capital em cooperativas do Sicoob, não obteve significância estatística, contrariando as expectativas.

Portanto, em relação à hipótese H_2, os dados apontam que o ajustamento do acordo de Basileia III é um fato motivador para as cooperativas de crédito fazerem uso de gerenciamento de resultados.

4.3 O efeito da livre admissão de associados nas práticas de gerenciamento de resultados

Ao se tornarem de livre admissão as instituições cooperativas elevam o risco de crédito, ao mesmo tempo que elevam o número de associados a qual devem prestar contas. A variável explicativa é LA, binária, assumindo 1 para cooperativas de livre admissão e 0 para cooperativas de admissão restrita. A Tabela 4 apresenta os resultados da estimação em painel de dados para avaliar se as cooperativas de créditos singulares pertencentes a amostra.

Tabela 4

Painel de dados para investigar se cooperativas de crédito de livre admissão estão mais propensas a gerenciar seus resultados

Variável	Coeficiente	Erro-Padrão	Valor P
TAM	-0,0011424	0,0008381	0,173
VOC	0,0312504	0,0308364	0,311
IPCA	-0,1400986	0,0224789	0,000
SELIC	0,1634596	0,0768884	0,034
VRT	0,0100469	0,0026693	0,000
LA	0,0011023	0,0004127	0,008
Coeficiente	0,0069329	0,0049794	0,164

Variável dependente: VDL - Variação nas despesas líquidas para provisões / Operações de

Crédito no início do período		
Número de observações: 26800	Wald χ 2 = 30,8	Prob > χ 2 = 0,0000
Número de grupos: 670	Intervalo de confiança de 95%	
Observações por grupo: 40		
Painel de dados estimados por modelo pooled com Erros-Padrão Robustos Clusterizados		

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A variável de interesse LA que representa as cooperativas de livre admissão, ou seja, aquela que aceitam associados de quaisquer regiões e segmentos, apresentou significância estatística no modelo estimado, em linha com as pesquisas de Bressan *et al.* (2013) para as cooperativas do Sicredi e corrobora com os resultados de Amaral e Braga (2008) que reportam que as cooperativas de livre admissão aumentam o risco de crédito e por isso então apresentam maiores níveis de provisões para crédito de liquidação duvidosa. No entanto, os resultados são contrários ao reportado por Maia *et al.* (2013) para as cooperativas do Sicoob.

Portanto, as evidências não rejeitam a hipótese H_3: As cooperativas de crédito de livre admissão estão mais propensas a gerenciar seus resultados em função do volume de crédito ofertado quando comparadas as de admissão restrita.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa investigou evidências de práticas de gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito singulares brasileiras. É importante salientar que o gerenciamento de resultados em nada tem a ver com fraude contábil, que ocorre quando as instituições infringem os limites da lei, enquanto o gerenciamento de resultados acontece a partir de escolhas contábeis.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar evidências de práticas de gerenciamento de resultados, relacionadas a perdas em operações de crédito em cooperativas de crédito brasileiras, no período compreendido entre o ano de 2010 e 2019. A pesquisa confirmou a prática de gerenciamento de resultados nestas instituições. Para tal, utilizou-se do modelo de regressão com dados em painel avaliando 670 cooperativas de crédito singulares ativas no período analisado. O modelo utilizado foi precedido de testes auxiliares para ajustar os dados e a variável dependente escolhida, provisão líquida de crédito para liquidação duvidosa, que é amplamente utilizada na literatura contábil para investigar a prática de gerenciamento de resultados em instituições financeiras. A pesquisa apontou que as cooperativas de crédito analisadas praticam o gerenciamento de resultados. Este achado é similar aqueles apontados em outros estudos (Maia *et al.* 2013; Bressan, Bressan e Silva, 2016), Bressan, Souza e Bressan, 2017; Porto *et al.* 2020) que identificaram que a partir da flexibilidade da norma contábil, gestores utilizam as provisões para perdas de crédito como *proxy* para gerenciamento de resultados.

A pesquisa destaca que as instituições analisadas praticavam gerenciamento de resultados para diminuir a variabilidade dos ganhos, que na literatura é conhecida por práticas de Income Smoothing. Os resultados apontaram que as cooperativas de livre admissão estão mais propensas a prática de gerenciamento de resultados por influência da quantidade de associados e pelo volume de operações da carteira de crédito que aumenta exponencialmente quando estas instituições deixam de ser do tipo “admissão restrita” e passam à “livre admissão”. Pesquisas anteriores (Maia *et*

al. 2013; Bressan, Bressan e Silva, 2016) realizadas em grupos cooperativos específicos apontam que a livre admissão seria motivadora para a prática de gerenciamento de resultados. Foi possível atestar também que as normas regulatórias, como a resolução 4193/2013, exercem influência sobre a constituição de provisões para perdas de crédito sugerindo que as cooperativas de crédito da amostra gerenciam seus resultados para atender as exigências do ambiente regulatório.

Os resultados apresentados constituem um panorama geral sobre gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito brasileiras, visto que não houve limitação a um sistema cooperativo diferentemente das demais pesquisas realizadas até então. Outro ponto relevante é que as análises contemplaram dados trimestrais diferente da maioria dos estudos na área que tratam dados anuais. É importante destacar que como em qualquer modelo econométrico existem margens de erro a serem consideradas, bem como limitações associadas a amostra.

Como limitação da pesquisa, destaca-se o critério de seleção da amostra que eliminou cooperativas que não estavam em funcionamento durante todo o período de estudo, 2010 a 2019, bem como, a exclusão da amostra das cooperativas de crédito do tipo “capital e empréstimo” por concluir que estas possuem características operacionais diferentes das demais. A coleta de dados que não foi unicamente da base de dados do Banco Central que é um órgão institucional, sendo necessário reunir características das cooperativas por meio de associações e confederações setoriais para assim oferecer maior robustez aos dados analisados.

Para pesquisas futuras, sugere-se a investigação da prática de gerenciamento de resultados em cooperativas de créditos independentes, uma vez que, os estudos até então estão concentrados em um único sistema cooperativo e a presente pesquisa aborda um panorama geral sobre o gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito singulares. Ainda como oportunidade de pesquisa, destaca-se que uma das preocupações constantes associada ao tema gerenciamento de resultados é sobre a escolha e adaptação do modelo econométrico para a realidade brasileira, o que sugere pesquisas mais aprofundadas, utilizando outros modelos pertinentes na literatura, a fim de aprimorá-los para o contexto nacional em cooperativas de crédito. Encontra-se oportunidade também para investigar por que razões ocorre gerenciamento de resultados e se as características do grupo gestor (poupador ou investidor) é um determinante do gerenciamento *Income Smoothing*.

Por fim, o cooperativismo de crédito tem um papel relevante para o desenvolvimento regional, inclusive para a popularização do crédito e apoio ao micro e pequeno empresário. Além do viés financeiro, estas instituições desenvolvem importante apoio social aos associados fornecendo produtos e serviços financeiros essenciais. As cooperativas de crédito são conhecidas pela democratização do crédito, pelos juros baixos, pela proximidade com as pequenas famílias, além de fazer dos associados dono do negócio que participam da distribuição das sobras. É necessário cada vez mais pesquisas que investiguem o papel e a atuação destas instituições, uma vez que, absorvem enorme parcela do mercado de crédito no país.

REFERÊNCIAS

Ahmed, A. S., Takeda, C., & Thomas, S. (1999). Bank loan loss provisions: a reexamination of capital management, *Earnings Management* and signaling

effects. *Journal of accounting and economics*, *28*(1), 1-25. https://doi.org/10.1016/S0165-4101(99)00017-8

Almeida, J. E. F. D., Lopes, A. B., & Corrar, L. J. (2013). Gerenciamento de resultados para sustentar a expectativa do mercado de capitais: impactos no índice market-to-book. *ASAA-Advances in Scientific and Applied Accounting, 4(1)*, 44-62.

Barroso, M. F. G., & Neto, S. B. (2010). Distribuição de resultados em cooperativas de crédito rural no estado de São Paulo. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, *12*(2), 290-307.

Bortoluzzo, A. B., Sheng, H. H., & Gomes, A. L. P. (2017). Earning management in Brazilian financial institutions. *Revista de Administração, 51(2)*, 182-197. https://doi.org/10.5700/rausp1233

Bouvatier, V., L. Lepetit, and F. Strobel. 2014. Bank Income Smoothing, Ownership Concentration and the Regulatory Environment. *Journal of Banking and Finance, 41*, 253–270. https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2013.12.001

Bressan, V. G. F., Braga, M. J., & Bressan, A. A. (2012). Análise da dominação de membros tomadores ou poupadores de recursos nas cooperativas de crédito mineiras. *Economia Aplicada, 16(2)*, 339-359. https://doi.org/10.1590/S1413-80502012000200006

Bressan, V. G. F., Braga, M. J., Bressan, A. A., & Resende-Filho, M. D. A. (2012). O seguro depósito induz ao risco moral nas cooperativas de crédito brasileiras? Um estudo com dados em painel. *Revista Brasileira de Economia, 66(2)*, 167-185. https://doi.org/10.1590/S0034-71402012000200002

Bressan, V. G. F., Bressan, A. A., & da Silva, J. M. (2016). Gerenciamento de resultados em cooperativas no Brasil: Avaliando o *Income Smoothing* às filiadas do SICREDI. *Advances in Scientific and Applied Accounting, 9(3)*, 283-300.

Bressan, V. G. F., Souza, D. C. D., & Bressan, A. A. (2017). *Income Smoothing*: a study of the health sector's credit unions. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios, 19(66)*, 627-643. https://doi.org/10.7819/rbgn.v0i0.2617

Bressan, V. G. F., Bressan, A. A., & da Silva Júnior, J. M. (2015). Evitar Divulgar Perdas: Foi Uma Estratégia Utilizada na Última Década pelas Cooperativas de Crédito Filiadas ao Sicredi? *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, *2*(3), 27-42. https://doi.org/10.5902/2359043216336

Bressan, V. G. F., Braga, M. J., & Bressan, A. A. (2012). Análise da dominação de membros tomadores ou poupadores de recursos nas cooperativas de crédito mineiras. *Economia Aplicada, 16(2)*, 339-359. https://doi.org/10.1590/S1413-80502012000200006

Brown, C., & Davis, K. (2009). Capital management in mutual financial institutions. *Journal of Banking & Finance*, *33*(3), 443-455. https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2008.08.016

Cheng, Q.; Warfield, T, Ye, (2011) M. Equity Incentives and Earnings Management Evidence from the Banking Industry. *Journal of Accounting, Auditing & Finance, 26(2)*, 317-349. https://doi.org/10.1177/0148558X11401219

Cummings, J. R., & Durrani, K. J. (2016). Effect of the Basel Accord capital requirements on the loan-loss provisioning practices of Australian banks. *Journal of Banking & Finance*, *67*, 23-36. https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2016.02.009

Dantas, J. A., Borges, M. A. B., & Fernandes, B. V. R. (2018). Gerenciamento de resultados contábeis em cooperativas de crédito no brasil. *Revista Ambiente Contábil, 10(2)*, 342-363.

Dechow, P. M., Myers, L. A., & Shakespeare, C. (2010). Fair value accounting and gains from asset securitizations: A convenient *Earnings Management* tool with compensation side-benefits*. Journal of accounting and economics, 49(1-2)*, 2-25. https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2009.09.006

Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. Elsevier Brasil.

Freitas, A. F., de Castro Amaral, I., & Braga, M. J. (2008). A influência dos riscos de liquidez e de crédito no processo de conversão das cooperativas de crédito rural em cooperativas de crédito de livre admissão: um estudo de caso*. Revista de Contabilidade e Organizações, 2(4)*, 126-147.

Graham, J., Harvey, C., Rajgopal, S. (2005). The economic implications of corporate financial reporting. *J. Account. Econ. 40*, 3–75. https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2005.01.002

Gray, R. P., & Clarke, F. L. (2004). A methodology for calculating the allowance for loan losses in commercial banks. *Abacus, 40(3)*, 321-341. https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.2004.00161.x

Gonçalves, R. M. L., Borges, C. R., Moreira, N. P., Menezes, R. S. S., & De Matos, D. A. (2014). Livre admissão e risco de crédito em uma cooperativa do Alto Paranaíba. *Race*: *revista de administração, contabilidade e economia, 13(1)*, 277-304.

Healy, P. M.; Wahlen, J. M. (1999). A review of the *Earnings Management* literature and its implications for standard setting*. Accounting Horizons, v. 13*, n. 4, p. 365-383, 1999. https://doi.org/10.2308/acch.1999.13.4.365

Hessou, H. (2017). Basel III capital buffer requirements and credit union prudential regulation: Canadian evidence. *Journal of Financial Stability, 30*, 92-110. https://doi.org/10.1016/j.jfs.2017.05.002

Hillier, D.; Hodgson, A.; Stevenson-Clarke, P.; Lhaopadchan, S. (2008). Accounting Window Dressing and Template Regulation: A Case Study of the Australian Credit Union Industry. *Journal of Business Ethics, 83 (3),* 579-593. https://doi.org/10.1007/s10551-007-9640-9

Kraemer, M. E. P. (2005). Contabilidade criativa: maquiando as demonstrações contábeis. *Pensar Contábil*, 7(28).

Lima, R. E., & Amaral, H. F. (2011). Inadimplência nas cooperativas de crédito de livre admissão*. Revista de Contabilidade e Organizações, 5(12)*, 72-89. https://doi.org/10.11606/rco.v5i12.34795

Maia, S. A.; Bressan, V. G. F.; Lamounier, W. M.; Braga, M. J. (2013). Gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito no Brasil*. Brazilian Business Review, v. 10*, n. 4, p. 96-116.

Martinez, A. L. (2013). Gerenciamento de resultados no Brasil: um survey da literatura. *Brazilian Business Review, 10(4)*, 1-31.

Matsumoto, A. S., & Parreira, E. M. (2009). Uma pesquisa sobre o Gerenciamento de Resultados Contábeis: causas e consequências. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança, 10(1)*.

Moyer, S.E. (1990), “Capital adequacy ratio regulations and accounting choices in commercial banks”, *Journal of Accounting and Economics, Vol. 13* No. 2, pp. 123-154. https://doi.org/10.1016/0165-4101(90)90027-2

Neto, S. B., Barroso, M. F. G., & Rezende, A. J. (2012). Governança cooperativa e sistemas de controle gerencial: uma abordagem teórica de custos da agência. *Brazilian Business Review*, 9(2), 72-92.

Ozili, P. K. (2017). Bank Earnings Management and Income Smoothing using commission and fee income: A European context. *International journal of managerial finance, 13(4)*, 419-439. https://doi.org/10.1108/IJMF-11-2016-0213

Patin Jr, R. P., & McNiel, D. W. (1991). Member group orientation of credit unions and total member benefits. *Review of Social Economy, 49(1)*, 37-61. https://doi.org/10.1080/00346769100000003

Peterson, O. K., & Arun, T. G. (2018). Income smoothing among European systemic and non-systemic banks. *The British Accounting Review*, *50*(5), 539-558. https://doi.org/10.1016/j.bar.2018.03.001

Porto, W. S., Ribeiro, M. T. J. D. B., Anjos, L. C. M. D., & Sampaio, Y. D. S. B. (2020). Precisa Sobrar Mais: Gerenciamento de Resultados em Cooperativas de Crédito Brasileiras. *Pensar Contábil*, *22*(77).

Santos, L. S. Z., & Guerra, C. M. A. (2017). Gerenciamento de resultados e eficiência: um estudo nas cooperativas de crédito filiadas ao sistema

Unicred. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, *5*(10), 19-32. https://doi.org/10.5902/2359043228940

Schipper, K. Commentary on Earnings Management. *Accounting Horizons*, *3(*4), p. 91-102, Dec. 1989.

Shrieves, R. E., & Dahl, D. (2003). Discretionary accounting and the behavior of Japanese banks under financial duress. *Journal of Banking & Finance*, *27*(7), 1219-1243.

Zang, A. Y. (2011). Evidence on the trade-off between real activities manipulation and accrual-based Earnings Management. *The Accounting Review*, 87(2), 675-703. https://doi.org/10.2308/accr-10196